
EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DE MULHERES RURAIS NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO CONTEXTO DOS ASSENTAMENTOS EM JÓIA/RS/BRASIL

Autores: Maria Simone Vione Schwengber; Naira Leticia Giongo Mendes Pinheiro; Cauana Peyrot Conceição. Unijui, Ijuí, Brasil.
simone@unijui.edu.br

Tema. Eje temático 2.

Modalidad. 1. Nivel educativo básico.

Resumo. Este artigo analisa as experiências educativas desenvolvidas em contextos rurais atendidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Jóia/RS/Brasil. Questionamos: quais experiências educativas desencadeadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no contexto dos assentamentos rurais em Jóia/RS/Brasil? Em termos metodológicos, tomamos como *corpus* analítico as entrevistas realizadas na ocasião do desenvolvimento de um projeto de pesquisa, entrevistando 223 mulheres. Os resultados indicam que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no contexto dos assentamentos rurais em Jóia/RS/Brasil realizou um conjunto de ações pedagógicas como o Pronera e a Educação de Jovens e Adultos, círculos de cultura, cursos de capacitação, marchas e ocupações, experiências essas que ofertaram formas de conhecimentos e permitem às mulheres desenvolverem uma certa educação política básica sobre o mundo em que estão inseridas.

Palavras-chave. Educação, Contexto rural, Mulheres.

Palavras iniciais

Concebemos nosso estudo a partir da compreensão de como se deu o acesso à terra no Brasil, das desigualdades produzidas decorrentes disso e como se tem dado a educação em contextos rurais. Desde o início do processo de colonização do Brasil, no século XVI, as terras estiveram concentradas nas mãos de poucas pessoas, acarretando desigualdades sociais e na presença de grandes latifúndios, marcados pela improdutividade, monocultura e exploração da mão de obra, elementos esses regulamentados em 1850, com a Lei de Terras.

A Lei de Terras de 1850, no Brasil, regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural e formalizou as bases para a desigualdade social e territorial que hoje conhecemos. Características essas que se reproduzem em todo o país, inclusive no estado do Rio Grande do Sul e no município de Jóia/RS. Dadas as condições, a reforma agrária torna-se uma das políticas brasileiras para destravar o desenvolvimento social e econômico, é desenvolvida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão do governo e através das reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que emerge somente a partir de 1970 e se consolida nos anos 1980.

É no final da década de 1980 que emergem os primeiros assentamentos rurais de reforma agrária em Jóia/RS/Brasil e, logo em seguida, os demais assentamentos da reforma agrária em terras de latifúndios, na tentativa de democratizar o acesso à terra. Na mesma direção, são os movimentos sociais que encampam, junto com a luta pela terra, a busca por propostas de educação que atendam aos seus integrantes, haja visto que não fora só o acesso à terra que se deu de forma desigual no Brasil, a educação também não foi prioridade e seu acesso priorizou por muito tempo apenas a educação da elite brasileira (Silva, Morais & Bof, 2006). A educação no Brasil teve início com os padres jesuítas da Companhia de Jesus, perdurando uma histórica negligência do poder público, o que fez com que fosse uma das pautas encampadas pelos movimentos sociais do campo.

A criação de escolas no contexto rural brasileiro foi caracterizada pela precariedade, tanto das construções em si como de acesso, principalmente no que tange as longas distâncias que crianças e adolescentes precisam percorrer. Fatores que acabaram ocasionando uma série de defasagens entre a população urbana e do meio rural, distorções entre idade/série, elevados índices de repetência e de evasão e distanciamentos maiores entre os gêneros, visto que a prioridade e condições de acesso eram maiores para os homens.

Para suprir essa defasagem na educação, prioriza-se o que se tem de mais fácil acesso, pautando-se numa educação muitas vezes informal, mas que produz modificações na/da consciência de classe. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) faz um esforço de educar seus membros, podendo ser os que estão provisoriamente acampados, os já assentados nas novas áreas de terra, e também simpatizantes, havendo um enfrentamento da concepção conservadora da Educação e sua relação com o mercado capitalista, buscando, principalmente, a emancipação de seus membros, como veremos nas próximas seções.

Metodologia

A pesquisa caracterizar-se-á por ser de cunho qualitativo e o percurso metodológico deste estudo destaca-se pela síntese de algumas das respostas dadas às entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres de oito assentamentos rurais da reforma agrária do município de Jóia/RS/Brasil, para um projeto de pesquisa que fora desenvolvido *in loco*, nomeado de “Mulheres rurais, cuidados de si e práticas de lazer”, com financiamento do CNPq. O referido projeto de pesquisa foi desenvolvido nesse município, pois ele está localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul e pertence ao Território da Cidadania do Noroeste Colonial. O município teve um aumento da população rural nas últimas três décadas, decorrente da efetivação dos assentamentos de reforma agrária e reassentamentos de atingidos por barragens, diferenciando-se dos demais municípios do estado por abarcar 75% da população vivendo no meio rural.

Foram realizadas 223 entrevistas semiestruturadas, gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. Os dados coletados possibilitaram elencar em tabela do Excel, entre outras informações, os níveis de escolarização das mulheres pesquisadas. A partir dessa tabela, foi possível aplicar um filtro e chegar ao número de mulheres que têm escolaridade inferior ou igual ao Ensino Fundamental, o que nos chama a atenção pelo alto índice de baixa escolarização. Com a porcentagem de mulheres com essa escolaridade, sintetizamos as informações e elaboramos um gráfico, que poderá ser visto na próxima seção, junto com os discursos produzidos por ocasião das entrevistas semiestruturadas aplicadas durante o desenvolvimento do projeto.

A partir do campo empírico, buscou-se, com um olhar atento para os dados produzidos a partir do levantamento de informações e observando as condições socioeconômicas das participantes, com destaque aqui para os níveis de escolarização, atentar para a oferta de ensino regular e para como o movimento social ao qual estão inseridas contribuiu para a formação e/ou a educabilidade, mesmo que distante dos bancos escolares. As entrevistas na sua maioria avalizam com os discursos do porquê a escolarização ser tão baixa neste contexto.

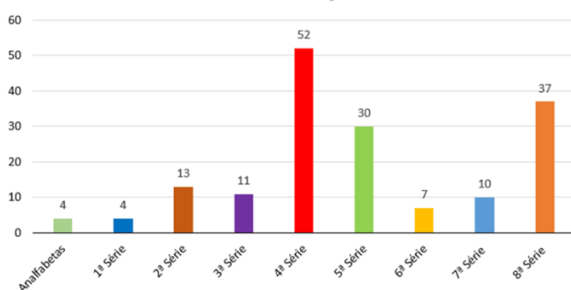
Desenvolvimento

Cabe destacar a acepção que temos de escolarização. Escolarização é um dispositivo do projeto moderno. Tomamos como “uma rede que se estabelece diante de elementos heterogêneos que envolvem os discursos, o espaço escolar, as ideias, o currículo, os materiais escolares, os procedimentos administrativos” (Veiga, 2002, p. 91). Segundo Andrade (2008, p. 161), a escolarização “modela e interfere em muitas das dimensões e relações que as pessoas estabelecem consigo mesmas, com

os outros e com o mundo, e resulta disso uma grande frustração quando esta não dá conta de transformar sozinha as condições de vida do sujeito”. Nesse sentido, aquele e aquela que não concluiu um certo tempo de escolarização é porque não atingiu as habilidades dele e dela esperadas.

No recorte que nos propomos a fazer, das 223 mulheres pesquisadas, 168 dessas estudaram até a 8ª série, como pode ser visualizado no gráfico a seguir, elaborado de acordo com o número de mulheres e a série cursada (os anos escolares, no Brasil, são referidos como “ano” desde 2006, com a promulgação da Lei nº 144/2005, que alterou a antiga nomenclatura, “série”; porém, optamos por utilizar a palavra “série” por se tratar da nomenclatura usada pelas mulheres e no tempo de estudo delas).

Gráfico 1. Escolarização das mulheres pesquisadas



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Do total de mulheres pesquisadas, 75,33% não deram sequência aos estudos, e poucas estudaram até a 8ª série, completando assim o Ensino Fundamental. Desse total, a maioria, 30,95%, estudou até a 4ª série, ou seja, apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental. Quando questionadas quanto a sua escolarização, nas entrevistas, refletem: “a prioridade era dos meninos”, “aqui não tinha acesso”, “dávamos prioridade para o trabalho”, “o estudo não tinha o valor que tem hoje”, “ler o básico já era suficiente”.

Seus discursos andam na direção da aceitação que temos de que a educação no meio rural, onde o acesso não era para a grande maioria, deixava de fora principalmente as mulheres, pois as famílias, na grande maioria, consideravam a educação como supérflua. A meta de educação para todos, pensada a partir de 1985, com o presidente José Sarney, quando o Brasil saiu da ditadura militar, estabelece-se no Brasil no período que essas mulheres já deveriam ter frequentado a escola ou estar frequentando, mesmo que precariamente. Nesse sentido, essas mulheres são frutos da baixa escolarização, na qual a educação escolar foi e continua a ser caracterizada por um certo elitismo na cultura brasileira e pela exclusão dos oriundos das classes populares e de contextos rurais. As classes populares, compostas pela população negra, de escravos, de camponeses, por muito tempo estiveram excluídas da educação na escola regular, na contramão dos discursos oficiais.

Diante do contexto rural, das histórias de mulheres com baixa escolaridade e das circunstâncias de “criminalização” dos movimentos sociais no Brasil, a educação política se torna necessária para quem luta por melhores condições de vida. O trabalho educativo desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, gestado e gerado de certa forma pela

experiência, adquirida ao longo dos seus 36 anos de existência, faz com que a caminhada combine a práxis política com uma prática educativa, que destacaremos a seguir, a partir de algumas iniciativas.

As propostas educativas desse movimento social pautaram-se por uma pedagogia da prática reflexiva, que consistia inicialmente em agrupar, agregar, organizar e elevar o padrão político e cultural dos participantes dos círculos de cultura desse movimento, nas oficinas educativas, principalmente através da alfabetização concebida como um ato político de ler o mundo, como defendido por Freire (2004). As oficinas educativas, nominadas de círculos de cultura, emergem no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enquanto um modo de organização e ação, dimensionando a formação de seus agentes sociais e a construção de saberes, com pedagogias que são potencialmente educativas. Trata-se de ações que não desconsideram a escola, mas concebem aprendizagens geradas pela experiência.

Para Silva (2008, p. 61), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “realiza um trabalho de formação política de seus militantes, além de produzir grande quantidade de publicações como subsídios para o aperfeiçoamento dos sujeitos que o constituem, sendo também a própria luta um processo de educação política”. A formação oferecida aos seus membros, a partir da sua proposta, segundo Silva (2008, p. 21), “situa-se no universo da educação denominada informal, abarca todas as oportunidades educativas durante a vida das pessoas”. O conjunto de práticas educativas oferecidas vai ao encontro da complementação do que se sabe e da ampliação de horizontes, bem como da aquisição de uma consciência de classe.

Podemos considerar como os primeiros passos de uma dimensão educativa as marchas, as ocupações, os acampamentos, as organizações de base, que reivindicam o acesso e a permanência das famílias à/na terra. A consciência de sua condição social adquire-se a partir da participação política. Os anos de acampamentos debaixo da “lona preta” (acampamento temporário onde se vive em uma barraca produzida a partir de uma estrutura de madeira coberta com lona preta), e depois com a conquista da terra, foram, para a maioria das mulheres participantes desse estudo, fundamentais como formação política. Participar de debates, palestras e enfrentamentos, que culminam em conhecimentos, anima algumas mulheres rurais a voltarem anos mais tarde à escola, na busca de um diploma de ensino fundamental, médio ou até mesmo de uma graduação, que se complementa com o passar do tempo e corrobora para a formação do que chamamos de consciência política.

Existe a preocupação com a alfabetização de crianças, a elevação da escolarização de jovens e adultos, e busca-se concentrar esforços para a qualificação em todos os níveis de ensino. O MST busca “assegurar o direito de todos à escolarização [...] inclusive através de ações para pressionar o governo na implantação de políticas públicas para a população do campo”, como afirma Silva (2008, p. 63). Fatos que puderam ser acessados pela população rural, inclusive pelas mulheres através da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A necessidade de uma educação para todos e todas fez com que emergissem projetos de Educação Popular, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para contextos rurais, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), e mais recente e em desenvolvimento o Movimento de Educação no Campo. Arelados, esses projetos têm focado no direito ao acesso à educação por parte de pessoas residentes em contextos rurais, mas principalmente em territórios de reforma agrária, visando o desenvolvimento social do meio rural.

O Pronera envolve Estado, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), as universidades e os movimentos sociais, e tem como objetivo geral fortalecer a educação nos assentamentos, com projetos que promovam a educação do campo (Silva, Morais & Bof, 2006). O Pronera oferta desde a educação básica (alfabetização, ensinoss



Lema.

¿Cuál educación científica es deseable frente a los desafíos en nuestros contextos latinoamericanos? Implicaciones para la formación de profesores.

fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio a cursos superiores e de pós-graduação (especialização e mestrado). A formação de professores ocorre a partir deste programa. Parcerias com as universidades públicas e particulares são fundamentais para que se qualifique profissionais para atuar em escolas de assentamentos. Há nisso, um investimento na formação de um sujeito que conhece a realidade, faz a formação de nível superior e volta para trabalhar no seu assentamento.

Quando se trata de educação no meio rural, problematiza-se a adoção de medidas concretas sobre ela, a partir da implementação das reivindicações dos movimentos sociais rurais, focando em processos diferentes de experiências individuais e grupais com foco na Educação Popular e na Educação do Campo, com garantias de se educar no lugar em que se vive, desde o seu lugar, vinculando sua cultura e suas necessidades (Caldart, 2000). Nessa direção, a formação de professores através do Pronera é fundamental para que se tenha melhores resultados ao longo do tempo, como a busca de uma educação de qualidade e contextualizada com as suas particularidades, possibilitando a transformação social.

Diante das mudanças sociais e dos avanços tecnológicos, uma prática educativa que “educa para uma postura diante da vida é fundamental para a identidade de um povo: na qual nada é impossível de mudar e quanto mais inconformada com o atual estado de coisas mais humana é a pessoa” (Caldart, 2000, p. 33). O meio rural, espaço de vivência das mulheres assentadas, é caracterizado na maioria das vezes pela dificuldade de acesso a bens e serviços, imaginário que tem sido modificado a partir do momento em que viabiliza o acesso às tecnologias, principalmente através das redes sociais.

As mulheres, como sujeitos que “contestam o sistema social [...] apresentam-se conscientes e capazes de conformar outro projeto de campo, de cidade, de relações de poder, de sociedade, que não os conforme no lugar em que são pensados e alocados” (Arroyo, 2013, p. 44). Mesmo com baixa escolaridade, contemporaneamente essas mulheres têm usado as redes sociais, compartilhado seus discursos, que são de enfrentamento às dificuldades e de produção de visibilidades ao trabalho com a terra (Pinheiro & Schwengber, 2020).

Para Foucault (2008, p. 197), há de considerar “a maneira pela qual conduzimos a nós mesmos, o modo pelo qual nos deixamos conduzir, a maneira pela qual somos conduzidos e pela qual, enfim, nos comportamos sob efeito de uma conduta, que seria ato de conduta ou de condução”, considerando que “o MST representa hoje na cultura brasileira um espaço de aparição da voz daqueles que mesmo excluídos de tudo, persistem em acreditar e lutar por seu direito à cidadania (Guimarães, 2001). A formação política adquirida ao longo dos anos como acampadas e assentadas, na luta pela reforma agrária, possibilita a essas mulheres uma participação ativa em suas comunidades, inclusive no processo de educação, seja ela formal ou fora dos bancos escolares, nas ações do Movimento, elevando os seus conhecimentos e a ânsia por uma melhor qualidade de vida.

Algumas considerações

Consideramos que a educação em contextos rurais não teve os cuidados necessários por parte do Estado brasileiro, foi ao longo dos anos deixada de lado e dada a ela pouco investimento. Diante das condições que o meio rural impõe, como o difícil acesso, culminou-se com uma baixa adesão por parte, em grande maioria, das mulheres. As mulheres pesquisadas encontraram, em parte no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o apoio, as condições e oportunidades de ter acesso às diferentes possibilidades de educabilidade, como estudos de matérias produzidos pelo próprio movimento nos



Lema.

¿Cuál educación científica es deseable frente a los desafíos en
nuestros contextos latinoamericanos? Implicaciones para la
formación de profesores.

círculos de cultura, e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do acesso à escola regular através do Pronera e do ensino superior na formação de professores por universidades para atuarem nas suas realidades, entre outras possibilidades vivenciadas nas marchas, nas ocupações, nos acampamentos e nos seus assentamentos, depois da conquista da terra.

Observamos uma maior participação política, conforme foi destacado ao longo do estudo, por parte desse grupo de mulheres, participantes dessas ações que contemplam uma mudança de mundo, de si mesmas. Os dados que marcam a baixa escolaridade das mulheres que vivem em contextos rurais demonstram o quanto precisamos avançar enquanto sociedade e com a necessidade de políticas públicas mais eficientes que alcancem essas populações. Visto que muitas mudanças que ocorreram na vida dessas mulheres estão relacionadas ao ingresso e à participação no movimento social, permitindo às mulheres compreender e desenvolver uma educação política sobre e no mundo em que estão inseridas, desejamos que as novas gerações possam ter acesso à educação mais cedo, em idade escolar.

Referências bibliográficas

- Andrade, S. S. (2008). *Juventudes e processos de escolarização: uma abordagem cultural*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Arroyo, M. (2013). *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes.
- Caldart, R. (2000). A escola do campo em movimento. In C. Benjamim, R. Caldart, *Por uma educação básica no campo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Foucault, M. (2008). *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freire, P. (2004). *Pedagogia do Oprimido*. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Guimarães, I. A. (2001). *Ocupar, resistir e produção também na educação: análise do discurso pedagógico do MST*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- MST. (2020). Página do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Acessado em Março 25, 2020, em <http://www.mst.org.br/>.
- Pinheiro, N. L. & Schwengber, M. S. (2020). Visibilidades do trabalho de mulheres rurais na rede social digital facebook. *Revista Teias*, 21, 255-269.
- Silva, L. H., Morais, T. C. & Bof, A. M. (2006). A educação no meio rural do Brasil: revisão de literatura. In A. M. Bof (org.) *et al. A Educação no Brasil Rural*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Silva, R. de C. C. da. (2008). *Práxis política no MST: produção de saberes e de sabedoria*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
- Veiga, C. G. (2002). A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, 21, 90-103, set./dez. Acessado em Março 18, 2020 em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a07>.